

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.080 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2000

Senadores mudam normas para armazenar produto agropecuário

Projeto do Executivo altera legislação vigente desde 1903 e procura reduzir a dependência do setor em relação aos recursos públicos. Como foi modificada, proposta retorna à Câmara dos Deputados

PLENÁRIO HOMENAGEIA MEMÓRIA DE LUÍS EDUARDO E SÉRGIO MOTTA

PÁGINAS 6 E 7



O Coral do Senado participou da sessão que lembrou a passagem do segundo aniversário das mortes de Luís Eduardo Magalhães e Sérgio Motta

O Senado aprovou ontem projeto de lei do Executivo que tem por objetivo modernizar as normas de armazenagem de produtos agropecuários, vigentes desde 1903, e reduzir a dependência do setor em relação a recursos públicos. Foram aceitas duas emendas, e por isso a proposta voltará à Câmara dos Deputados.

PÁGINA 4

ACM pretende colocar salário mínimo em votação hoje

PÁGINA 2

CAE Comissão discute a renegociação das dívidas da capital paulista

PÁGINA 5

SESSÃO SOLENE COMEMORA OS 40 ANOS DE BRASÍLIA

PÁGINA 3

No cerrado vazio, surgiam os primeiros prédios da Esplanada dos Ministérios, durante a construção de Brasília. Os 40 anos da epopéia da inauguração da nova capital serão lembrados durante a sessão do Senado

Fotos: Arquivo Público do Distrito Federal



ACM tenta colocar salário mínimo em votação hoje

“É muito desagradável fazer acordos e não cumpri-los”, afirma o senador ao defender respeito a compromisso do governo com oposição

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reafirmou ontem de manhã que tentará colocar em votação, na sessão de hoje do Congresso Nacional, a medida provisória que fixou o salário mínimo em R\$ 151,00. Ele garantiu que vai abrir a sessão convocada com essa finalidade, mas lembrou que o *quorum* para deliberação vai depender da disposição das lideranças partidárias de honrar o acordo anteriormente fechado.

— É muito desagradável fazer acordos e não cumpri-los — destacou Antonio Carlos, ao evitar comentários sobre recentes articulações de lideranças em busca de um novo acordo em torno da matéria. Esse acordo envolveria a revisão, pelo PFL na Câmara, da determinação de votar em um mínimo de R\$ 177,00, se o governo se comprometer



Antonio Carlos: governo deveria ter interesse em votar logo o mínimo, para tirar essa questão do caminho

com uma emenda determinando reajustes para o piso acima dos índices inflacionários, nos próximos dois anos. Nessa negociação, a nova data para votação da MP seria o dia 3 de maio próximo.

No entender do presidente do Senado, o próprio governo “deveria ter interesse em votar logo

o mínimo, para tirar essa questão do caminho”. O importante, acrescentou, é que se vote a matéria, “ganhando ou perdendo”. A questão regimental não seria problema, acrescentou o senador, lembrando que o Legislativo já registra precedentes de medidas provisórias votadas mesmo sem a observância dos prazos para tramitação. Basta, conforme disse, que haja acordo entre os líderes partidários e o Plenário aceite o entendimento.

Sessão das 14h resulta de acordo que garantiu exame do Orçamento da União

O senador Antonio Carlos Magalhães convocou a sessão do Congresso para hoje às 14h atendendo a acordo firmado entre as oposições e o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), na noite do último dia 12. Esse compromisso viabilizou a votação do projeto de Orçamento da União para este ano.

Nos últimos dias, líderes dos partidos que sustentam o governo no Congresso têm afirmado que não podem assegurar *quorum* para a votação da MP do mínimo, pois não teria havido tempo para mobilização de suas bancadas. Além disso, alguns têm sustentado que, regimentalmente, a MP não pode ainda ser votada, pois sua reedição

ocorreu no último dia 22 e não transcorreu o tempo necessário à apresentação de emendas dos parlamentares.

— Não temos o compromisso de votar a medida provisória nesta quarta (*hoje*), pois defendemos que, primeiro, a Câmara deve apreciar o projeto que permite aos governos de estado a fixação de pisos salariais — afirmou, em entrevista ontem à tarde, o líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves (MG). Ele considerou que dificilmente haverá a votação da MP hoje.

Já o líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PE), declarou que “haverá sessão, mas não se sabe se haverá votação”. Ele informou que seu partido fará uma

reunião hoje de manhã, com a presença de todos os vice-líderes, para decidir qual será o comportamento do partido na sessão do Congresso, à tarde. Ele acrescentou que “alguns líderes” estavam tentando articular um acordo, tendo por base uma emenda do deputado Luís Antônio Medeiros (PFL-SP), que prevê aumentos reais para o salário mínimo, “mas dentro das possibilidades do ajuste fiscal”.

Por sua vez, o líder do PMDB na Câmara, deputado Geddel Vieira Lima (BA), afirmou à imprensa que seu partido não participou do acordo firmado entre o líder Arthur Virgílio e as oposições e, assim, não tem o compromisso de dar *quorum* para votação da MP do mínimo.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2000

Brasil 500



Antonio Carlos Magalhães presidente
10h30 — Recebe o governador de Mato Grosso do Sul, José Orcirio Miranda dos Santos
11h — Preside sessão especial destinada a comemorar os 40 anos de Brasília. *Plenário do Senado Federal*
14h — Preside sessão conjunta do Congresso. *Plenário da Câmara dos Deputados*

PLENÁRIO

11h — Sessão especial do Senado destinada a comemorar os 40 anos de Brasília.
14h — Sessão conjunta do Congresso Nacional destinada à apreciação da MP sobre o salário mínimo.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 587/99, modifica o artigo 10, item II, alínea “a” da Lei nº 8.842/94, para priorizar o atendimento ao idoso na área de saúde; PLS nº 655/99, acrescenta o art. 456-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e dispõe sobre as relações de emprego beneficiadas por incentivos; substitutivo da Câmara ao PLS nº 27/95, dispõe sobre a destinação adequada das embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como de produtos apreendidos pela ação fiscalizatória, impróprios para utilização e em desuso; emendas oferecidas em Plenário ao substitutivo do PLS nº 31/99, que autoriza a criação dos conselhos Federal e regionais de Leiloeiros Oficiais e dispõe sobre a regulamentação da profissão de leiloeiro público oficial; PLS nº 262/99, altera o Decreto-Lei nº 986/69, introduzindo o conceito de alimento funcional; PLS nº 597/99, dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários a sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos; PLS nº 554/99, dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia de gastrostomia parcial nos casos de obesidade mórbida; PLS nºs 391, 399 e 630, de 1999, alteram artigos da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica) e da Lei nº 9.294/96, no sentido de que os benefícios decorrentes da aquisição de passagens aéreas com recursos orçamentários sejam revertidos para a administração pública; PLS nº 8/2000, altera a redação dos arts. 58, 59 e 61 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispõe sobre a duração máxima da jornada de trabalho; PLS nº 492/99, modifica o art. 3º da Lei nº 4.771/65, disciplina a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aquicultura; PLC nº 113/95, dispõe sobre processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; e PLS nº 557/99, dispõe sobre o ressarcimento, pelo Sistema Único de Saúde, dos gastos com medicamentos de uso contínuo indisponíveis na rede local do sistema. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

9h30 — Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 1988-19, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89.

Pauta: discussão e votação do relatório. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 268/99, dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*; emendas nºs 2 a 5, de Plenário, à PEC nº 67/99 (tramita em conjunto com a PEC nº 96/99), que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; PEC nº 9/2000, altera o alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição federal (dispõe sobre nacionalidade brasileira); emenda nº 1, de Plenário, à PEC nº 24/99, dá nova redação à alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição federal; emenda nº 1, de Plenário, ao PLS nº 207/95, altera dispositivo de Decreto-Lei nº 2.848/40 — Código Penal; PLC nº 33/99, acrescenta artigo à Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; e os PDLs nºs 18, 19 e 20, de 1999, que convocam plebiscito sobre a criação dos estados do Araguaia, Tapajós e Solimões. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

15h — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Recebe a visita do secretário-geral da Associação Latino-Americana de Integração, embaixador Juan Francisco Rojas Pensa. Temas: Multilateralismo Hemisférico, Processo de Iniciativas Sub-Regionais, Área de Livre Comércio das Américas (Alca), Constituição de um Fórum Permanente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e Parlamento Andino. *Anexo II, sala T/24 da Câmara dos Deputados*

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Lamarca*, de Sérgio Rezende. *Auditório Petrólio Portella*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 66/99, altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando por dez anos a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; PDL nº 221/99, aprova o ato que renova a concessão deferida à Rede Brasil Norte de Televisão (RBN) para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus (AM); e requerimentos nº 159/2000, do senador Luiz Pontes, solicitando que sobre o PLS nº 67/2000, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais; nº 173/2000, do senador Sebastião Rocha, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 5 e 68, de 2000, por regularem a mesma matéria; e nº 174/2000, da senadora Marina Silva, solicitando que o PLS nº 216/99 seja despendado dos PLSs nºs 188 e 422, de 1999, com os quais tramita em conjunto.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quinta-feira

10h — Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 2.011-6, que altera dispositivos da Lei nº 9.615/98 (bingos).
Pauta: discussão e votação do relatório. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado homenageia 40 anos de Brasília

Por iniciativa dos senadores Luiz Estevão e José Roberto Arruda, a sessão de hoje, às 11h, celebra aniversário da capital inaugurada pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek



Para Rocha, se o governo realmente quebrar o acordo, será um precedente perigoso

Rocha cobra cumprimento de acordo sobre mínimo

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) fez um apelo ao governo para que reveja sua posição e instrua sua base de sustentação no Congresso a votar hoje a medida provisória do salário mínimo, honrando o acordo celebrado com a oposição, feito por ocasião da votação do Orçamento 2000:

– Se isso não acontecer, será um precedente perigoso. Como a oposição poderá levar a sério qualquer outro acordo feito com o governo? – perguntou.

Sebastião Rocha disse ter conhecimento de que o governo prepara “uma rasteira” para a oposição, retirando seus parlamentares do Plenário para impedir a votação:

– Se isso for verdade, quero, desde já, manifestar minha indignação diante da forma incorreta com que a base do governo estará descumprindo um acordo político feito livremente com os parlamentares da oposição – advertiu.

O senador manifestou sua confiança de que o presidente do Senado manterá sua palavra, abrindo a sessão do Congresso hoje às 14 horas e colocando a MP na pauta de votações. “Tenho certeza disso”, enfatizou.

Sebastião Rocha lembrou que, durante a homenagem ontem a Luís Eduardo Magalhães e Sérgio Motta, vários senadores afirmaram que o ex-deputado se fazia respeitar por todos porque sempre honrava sua palavra, tanto como presidente da Câmara quanto como líder do governo. Para o senador, será uma pena constatar que os atuais líderes do governo não agem com a mesma responsabilidade.

Por requerimento dos senadores Luiz Estevão (PMDB-DF) e José Roberto Arruda (PSDB-DF), o Senado realiza hoje, às 11h, sessão em homenagem aos 40 anos da fundação de Brasília, transcorridos no dia 21 de abril. Idealizada pelo presidente Juscelino Kubitschek, Brasília tem projeto urbanístico de Lúcio Costa, e seus principais prédios públicos, como o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, os palácios da Alvorada, do Planalto e do Itamaraty, projetados por Oscar Niemeyer.

Os três sempre foram entusiastas da cidade e da decisão de transferir a capital administrativa do Rio de Janeiro para Brasília. Somente Niemeyer ainda vive e continua planejando prédios para a cidade. Ainda neste mês, ele deverá apresentar os projetos de um Museu Nacional e de uma Biblioteca Nacional, além de um conjunto de salas de espetáculos e cinemas, que deverão compor o setor cultural da capital, em plena Esplanada dos Ministérios.

Em termos históricos, Brasília representa um marco na evolução do desenvolvimento brasileiro. Depois de 460 anos de um sistema econômico implantado no litoral e voltado para a Europa e os Estados Unidos, a construção de Brasília inverteu o vetor, levando o brasileiro a descobrir o interior do país. Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre foram, aos poucos, se integrando ao resto do país.

Nos anos 50, o Brasil era agrário, cultivando os chamados “produtos de sobremesa”, como café, açúcar e cacau. Com a expansão da fronteira agrícola em direção a essas novas áreas e incorporando novos produtos como a soja e a pecuária de corte, a pauta de exportação brasi-



Os senadores Luiz Estevão e José Roberto Arruda: desejo de exaltar a grande epopéia da mudança da capital



leira pôde se diversificar.

Além de idealizador da mudança da capital, Juscelino lançou, ainda, as bases para a industrialização rápida do país. Com seu plano de metas, ele sacudiu o Brasil. Em apenas cinco anos recriou o país, mas foi Brasília que ficou como símbolo dessa interiorização. Ele não esqueceu as vias de acesso, rasgando estradas onde antes era o nada. “Não se conquista uma terra se não se tem acesso a ela. E a estrada é um elemento civilizador por ex-

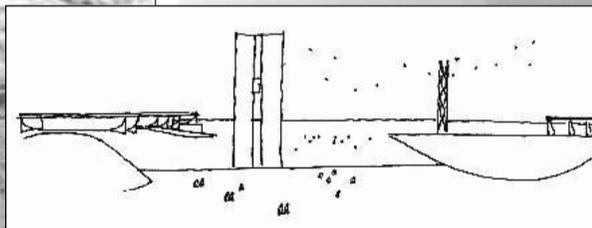
celência”, dizia.

Foi assim que surgiu a Belém-Brasília, que Jânio Quadros gostava de chamar de “estrada das onças”, para unir o Norte ao Sul. Aos poucos, foram aparecendo as ramificações a Leste e a Oeste, as cidades pequenas e grandes, as propriedades rurais modernas, enfim, a ocupação do interior num movimento comparável à marcha para o Oeste dos norte-americanos, empreendida mais de um século antes.

O enorme fluxo migratório para o interior, em busca do sonho de se fixar em Brasília e arredores, acabou criando na região da nova capital um quadro de desigualdades não previsto por seus idealizadores. O Plano Piloto, com 300 mil habitantes, tem a maior renda *per capita* do país. À sua volta, 15 cidades-satélites, com 1,7 milhão, têm mais de 20% da população economicamente ativa fora do mercado de trabalho.

BRASÍLIA PASSO A PASSO

- 1823 – Durante a Constituinte, José Bonifácio apresenta projeto para a mudança da capital, sugerindo o nome de “Brasília”
- 1883 – Dom Bosco sonha com a construção de uma nova civilização no paralelo 15º
- 1891 – Nova Constituição cria comissão para demarcação de uma área no Planalto Central, para a construção de Brasília
- 1922 – Perto da cidade de Planaltina, é lançada a pedra fundamental de Brasília
- 1946 – Bancada mineira tenta mudar a localização de Brasília no Planalto Central para a região do Triângulo Mineiro, mas é derrotada pelos goianos, por seis votos, na Constituinte
- 1955 – Durante comício em Goiás, o candidato Juscelino Kubitschek promete cumprir a Constituição e transferir a capital para Brasília
- 1956 – É lançado o edital para escolha do projeto de Brasília. Entre 41 projetos, a proposta de Lúcio Costa sai vitoriosa. Começa a construção de Brasília
- 1960 – JK inaugura a nova capital no dia 21 de abril
- 1987 – A Unesco tomba a cidade como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade
- 1988 – Nova Constituição modifica o *status* político da cidade. Brasília passou a ter eleição direta para governador e para a Câmara Legislativa



Croquis de Niemeyer do Congresso Nacional e o prédio em construção. Obra que marcou uma nova etapa no desenvolvimento nacional

Dos três “pais” de Brasília – o ex-presidente Juscelino Kubitschek, o urbanista Lúcio Costa e o arquiteto Oscar Niemeyer –, somente este último ainda vive. Na foto, Niemeyer posa em 1960 diante das colunas do Palácio da Alvorada



Novas regras para armazenar produtos agropecuários

Projeto de lei, enviado ao Congresso pelo Executivo, tem como objetivo modernizar normas vigentes desde 1903 e tornar mais claros os direitos e as responsabilidades de todos os segmentos econômicos envolvidos no agronegócio

O Senado aprovou ontem projeto do governo que tem o objetivo de modernizar as normas que, desde 1903, regulamentam a armazenagem de produtos agropecuários, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico. O projeto dispõe que o Ministério da Agricultura estabelecerá as condições para qualificar os armazéns destinados à atividade de guarda e conservação de produtos agropecuários. Foram aprovadas duas emendas do senador Osmar Dias (PSDB-PR) para dar mais transparência ao setor. Como foi alterada, a proposta voltará agora a ser apreciada pela Câmara dos Deputados.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse que a intenção do governo é reduzir a dependência do setor agrícola em relação a recursos públicos e viabilizar condições que aumentem o interesse de investidores e financiadores em participar mais ativamente desse negócio no Brasil.

As emendas de Osmar Dias retiraram do projeto a possibilidade de empresas de armazenagem comercializarem produtos agrícolas, e excluíram as cooperativas da obrigatoriedade de apresentar garantia do



Segundo Jonas, o governo quer reduzir a dependência do setor agrícola em relação ao poder público

produto estocado, visto que, nesse caso, o produto é de propriedade dos próprios cooperados.

Ao apresentar o projeto, o governo se disse preocupado sobretudo com a armazenagem de grãos, em função dos seus problemas de conservação, e enfatizou a necessidade de conferir maior clareza na definição de direitos e deveres dos envolvidos no agronegócio.

O texto estabelece que o contrato de armazenagem conterá o objeto do depósito, o prazo de armazenagem, o preço do serviço, a forma de remuneração, os direitos e obrigações do depositante e do depositá-

rio e o valor da compensação pela diferença na qualidade ou na quantidade da mercadoria armazenada.

CLASSIFICAÇÃO

A CAE decidiu enviar diretamente para apreciação do Plenário do Senado a proposta do governo federal que institui novas regras para a classificação de produtos vegetais e seus subprodutos e resíduos que tenham valor econômico. A matéria, que deve ser votada ainda esta semana, tem parecer favorável de Jonas Pinheiro.

O projeto integra o Programa Brasil Empreendedor, lançado recentemente pelo presidente Fernando Henrique, e tem como finalidade resguardar o consumidor em relação ao controle sanitário, ambiental, biológico e genético, bem como à contaminação por agentes nocivos à saúde.

Pelo projeto, caberá ao Ministério da Agricultura e aos seus órgãos ou entidades especializadas realizar a classificação dos produtos vegetais. A classificação será obrigatória para os produtos destinados diretamente à alimentação humana, nas operações de compra e venda do poder público e nos portos, aeroportos e postos de fronteiras, quando da importação.

Absorção das dívidas do setor habitacional terá urgência

Foi aprovada ontem, pelo Plenário do Senado, urgência para a votação de projetos de resolução que autorizam os governos do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina a assumirem as dívidas de suas respectivas companhias estaduais de habitação. Essas operações permitirão que esses estados passem da condição de garantidores desses débitos para a de devedores principais, sem ônus adicional para o serviço dessas dívidas.

Depois de submeter os requerimentos de urgência à votação, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou que as matérias deverão figurar na Ordem do Dia da sessão de amanhã. Isso porque, hoje, o Senado estará reunido com a Câmara para apreciar a medida provisória que fixa o novo valor do salário mínimo.

Plenário discute prazo maior para incentivo à irrigação no Nordeste e no Centro-Oeste

O Senado realizou ontem o terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que prorroga por dez anos a aplicação, no Nordeste e no Centro-Oeste, de percentuais mínimos dos recursos destinados pela União à irrigação.

De autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), o objetivo da emenda é garantir que o Nordeste continue, por mais dez anos, com 50% desses recursos, ficando o Centro-Oeste com 20%.

A fixação desses percentuais foi incluída no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vigorar por 15 anos.

Na opinião de Mauro Miranda, autor do dispositivo aprovado na Assembléia Constituinte, a prorrogação do prazo por mais dez anos é vital para que projetos agrícolas da maior importância tenham retorno.

Mesmo faltando cerca de três anos para terminar a vigência do dispositivo, ele considera impor-

tante que o Legislativo aprove logo essa prorrogação.

— Depois de quase 11 anos dessa conquista, apesar de ainda não termos obtido resultados ideais, mantenho a convicção de que essa iniciativa foi mais do que acertada e justa — diz o senador.

Ele observou que áreas do Centro-Oeste e Nordeste progrediram bastante com o sistema de irrigação e podem progredir ainda mais se continuarem recebendo tratamento prioritário.

A não aplicação de percentuais mínimos ou sua má aplicação, acrescentou, “significará mais miséria, mais dificuldade, mais atraso e mais prejuízo para o país”.

RÁDIO

O Senado Federal também aprovou decreto legislativo renovando a concessão da Rádio Ajuricaba, para explorar serviços em onda média na cidade de Manaus (AM). O Bloco Oposição absteve-se de votar, e a matéria agora vai a promulgação.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2000

1

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2000 (nº 2.329/2000, na Casa de origem). Presidente da República. Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários. Parecer nº 350/2000-CAE, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

Resultado: Aprovado o projeto e as emendas nºs 1 e 2-CAE. À Câmara dos Deputados.

2

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999. Senador Mauro Miranda e outros senhores senadores. Altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. Parecer nº 300/2000-CCJ, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável.

Resultado: Encerrado o terceiro dia de discussão, em primeiro turno, a matéria retorna à Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para o quarto dia de discussão.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 1999 (nº 86/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Ajuricaba Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Manaus, estado do Amazonas. Parecer nº 166/2000-CE, Relator: Senador Gilvam Borges, favorável, com abstenções dos senadores Jefferson Péres e Roberto Saturnino.

Resultado: Aprovado, com abstenção do Bloco Oposição. À promulgação.

4

Requerimento nº 153, de 2000. Senador Lúcio Alcântara. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 286, de 1999, e 69, de 2000, por regulararem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. Os PLS nºs 286/99 e 69/00 passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da CE, em decisão terminativa.

5

Requerimento nº 157, de 2000. Senador Osmar Dias. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 388, de 1999, e 65, de 2000, por regulararem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. Os PLS nºs 388/99 e 65/00 passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da CAE e, posteriormente, da CAS, em decisão terminativa.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares voltam a analisar MP dos fundos constitucionais

A comissão mista encarregada de examinar a medida provisória que altera a legislação sobre os fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste tem reunião marcada para as 9h30 de hoje. A medida provisória estabelece taxas de juros fixas, variando entre 9% e 16%, para empréstimos concedidos com recursos dos próprios fundos.

Os fundos constitucionais foram criados com a finalidade de financiar setores produtivos das regiões em questão repassando 3% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A comissão é



O senador Ramez Tebet é o presidente da comissão mista criada para examinar o assunto

presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e já promoveu debates e audiências públicas com autoridades para discutir o assunto.

CAE vota hoje rolagem de dívida paulistana

Ney Suassuna deu prazo de 24 horas para que membros da comissão analisem a operação e apresentem emendas ao projeto de resolução proposto por Romero Jucá prevendo a renegociação pelo prazo de 30 anos

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), anunciou para hoje, às 10h, a votação do relatório do senador Romero Jucá (PSDB-RR), favorável à renegociação da dívida, de R\$ 10,5 bilhões, do município de São Paulo. Na reunião de ontem, Suassuna deu prazo de 24 horas para que os membros da comissão possam analisar a operação e apresentar emendas ao projeto de resolução proposto por Jucá.

Para o relator, a emissão de títulos públicos pelo município para o pagamento de precatórios judiciais foi feita regularmente, de acordo com certidão expedida pelo Tribunal de Contas da cidade. Dessa forma, disse Jucá, os débitos derivados de precatórios, calculados em R\$ 7,23 bilhões, também podem ser refinanciados para pagamento em 30 anos, de acordo com a medida provisória (MP) que fixou os critérios para a rolagem das dívidas municipais.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), que foi relator da CPI dos Precatórios, rechaçou os argumentos apresentados por Jucá, pois, para ele, os títulos não foram emitidos regularmente e o dinheiro obtido não foi usado no pagamento de precatórios. Assim, continuou Requião, a Resolução 78/

98, do Senado, determina que, caso não haja comprovação da existência dos precatórios na data da promulgação da Constituição e da correta utilização dos recursos, a dívida só pode ser refinanciada em 120 parcelas (dez anos).

— A impunidade no país conta com o patrocínio do governo federal e está prestes a ganhar o patrocínio do Senado — afirmou Requião, comentando a possibilidade de aprovação da operação, conforme recomenda o relatório de Jucá, cujo conteúdo considera “trôpego”.

Requião lamentou o fato de, até hoje, o Banco Central (BC) não ter apresentado pareceres conclusivos sobre as operações financeiras submetidas ao Senado. Ele assinalou a disparidade das opiniões do BC, que obedecem “às conveniências eventuais do governo”.

Para Jucá, Requião, em sua análise, misturou a emissão dos títulos com os gastos irregulares dos recursos obtidos com o endividamento. Estes, e não aqueles, continuou, são objeto de processo judicial movido pelo Ministério Público.

— A verdade é que existe uma dívida de fato. O dinheiro entrou nos cofres da Prefeitura e, hoje, quem está se beneficiando é o prefeito Celso Pitta, que não paga um tostão dessa dívida — afirmou Jucá.



Jucá disse à CAE que a emissão de títulos públicos pelo município para o pagamento de precatórios foi realizada de forma regular

Em seu relatório, Jucá acatou emenda do senador Romeu Tuma (PFL-SP), explicitando que a presunção de que os títulos foram emitidos regularmente não isenta de culpa os administradores públicos, entre eles o atual prefeito Celso Pitta e o ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, que utilizaram os recursos de maneira irregular.

O relator rejeitou emenda da bancada do PT que determinava o pagamento de parte da dívida do município em dez anos, pois, segundo cálculos do BC, a cidade teria que comprometer mais de 13% de sua receita, o que não é permitido pela legislação. Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Eduardo Dutra (PT-SE) pediram que Jucá apresente, até a reunião de hoje, os cálculos e dispositivos legais levantados como obstáculos para aprovação da emenda do partido.

Estados assumem débitos de companhias de habitação

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem pareceres favoráveis a solicitações dos governos do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina para que assumam as dívidas de suas companhias estaduais de habitação. As operações de refinanciamento vão permitir que os estados passem da condição de garantidores para a de devedores principais. As matérias serão submetidas ainda ao Plenário.

Para o presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), os refinanciamentos estão sendo feitos com a finalidade de os estados rolaem as suas dívidas perante o governo federal em condições mais cômodas e a juros menores, antes de o presidente Fernando Henrique sancionar a Lei de Responsabilidade de Fiscal. As três companhias esta-

duais de habitação vão rolar, respectivamente, R\$ 853,6 milhões, R\$ 421 milhões e R\$ 152,8 milhões.

A CAE adiou para hoje, atendendo ao pedido de vistas formulado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), solicitação de empréstimo ao estado de Goiás no valor de R\$ 60 milhões. Os recursos são destinados à criação de agência de fomento naquele estado.

Na mesma reunião, a Comissão de Assuntos Econômicos deverá votar o relatório do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) favorável ao reescalonamento da dívida da República da Mauritània com o Brasil, no valor de US\$ 6,7 milhões. O reescalonamento decorre da passagem da dívida para a gerência do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Antes ela estava atrelada ao Fundo de Financiamento à Exportação (Finex).

Reichstul falará sobre venda de ações da Petrobras

O presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, virá ainda nesta semana à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para manifestar sua posição sobre a venda de ações da empresa. Depois de fazer esse comunicado, o presidente da comissão, senador Ney Suassuna, retirou de pauta, com o consentimento do autor, o projeto de lei do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que exclui a estatal do alcance do Programa Nacional de Desestatização.

O líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), considera fundamental que os membros da CAE ouçam Reichstul, para sanar quaisquer dúvidas, antes de votar a matéria, que tramita na comissão em caráter terminativo. Já o relator da proposta, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), pediu urgência na análise do projeto, pois ele perderá a oportunidade caso a operação de venda de ações, que já está sendo preparada, seja concretizada.



Álvaro Dias é autor do projeto que exclui Petrobras do Programa Nacional de Desestatização

CONTA-SALÁRIO

Suassuna comunicou que recebeu ofício do diretor de Normas do Banco Central (BC), Sérgio Darcy, anunciando a aprovação, no último dia 24, de resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que permite aos bancos criarem contas exclusivas para depósito de salário, isentas de tarifas. Esse é o conteúdo de projeto de lei do senador Geraldo Cândido

(PT-RJ), que foi debatido com Darcy em audiência pública na CAE.

Como líder do governo, Arruda ressaltou que o dirigente do BC cumpriu a promessa de se empenhar para regulamentar a conta-salário, com formato similar ao da conta-pagamento padrão proposta por Cândido. Arruda cumprimentou o senador fluminense pela iniciativa.

— O problema foi definitivamente sanado, demonstrando que o diálogo entre a CAE e os órgãos do governo é fundamental para que se avance — disse.

Diante da ausência do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que deveria debater, a pedido do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o projeto de lei que altera os direitos do contribuinte, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) pediu ao presidente da comissão que as manifestações do secretário sejam recebidas por escrito. Suassuna acatou o requerimento de Bornhausen, que pediu agilidade na análise da proposta.

Comissão analisará evolução do passivo de banco estadual

A convocação do liquidante do banco do estado de Alagoas (Produban), Luciano Dantas, foi aprovada ontem pela CAE. Ele terá que explicar os motivos pelos quais as dívidas do banco aumentaram de R\$ 22 milhões para mais de R\$ 400 milhões, depois que o Banco Central resolveu liquidar a instituição financeira. A data ainda será marcada.

A iniciativa partiu da senadora Heloísa Helena (PT-AL), após a CAE ter aprovado vista coletiva ao projeto de resolução que extingue o Produban e cria a agência de fomento em Alagoas.

Na opinião de Heloísa Helena, a convocação do liquidante do BC é necessária para que o Senado



Heloísa Helena pretende conhecer a real situação do Produban, o banco do estado de Alagoas

conheça com detalhes a real situação do Produban, as razões da evolução de seus débitos e quais as ações desenvolvidas pelo interventor para cobrar as dívidas de recebimento duvidoso.

Senado reverencia memória de Sérgio Motta e Luís Eduardo

O Plenário do Senado reuniu ontem representantes do Executivo, embaixadores e parlamentares para reverenciar a memória do ministro das Comunicações do governo Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Motta, e do deputado Luís Eduardo Magalhães, que exerceu a presidência da Câmara dos Deputados por ocasião da revisão constitucional, em 1993. Ambos faleceram em 1998, no espaço de dois dias do mês de abril. Sérgio Motta morreu no dia 19 e Luís Eduardo em 21 de abril. A solenidade, aberta e encerrada pelo Coral do Senado, foi presidida por Antonio Carlos Magalhães e contou com a presença, entre outros, de Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados; Pedro Parente, chefe da Casa Civil da Presidência da República; Aluísio Nunes Ferreira, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; Waldeck Ornélas, ministro da Previdência e Assistência Social; Rodolpho Tourinho, ministro de Minas e Energia; e Pimenta da Veiga, ministro das Comunicações. A iniciativa da homenagem foi do líder do governo no Senado, José Roberto Arruda, apoiado por vários outros senadores.

Habilidoso e articulador

Luís Eduardo Maron de Magalhães nasceu em Salvador, na Bahia, em 16 de março de 1955. Sua carreira política teve início em 1979, quando assumiu uma cadeira na Assembléia Legislativa de seu estado, pela extinta Arena. Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia, Luís Eduardo era casado com Michele Marie Pimentel Magalhães e deixou três filhos: Paula, Carolina e Luís Eduardo.

Reeleger-se deputado estadual em 1983 e em 1985 filiou-se ao PFL, pelo qual foi eleito para três mandatos consecutivos de deputado federal, a partir de 1987. Em fevereiro de 1992, tornou-se líder do seu partido na Câmara dos Deputados. No governo Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente da Câmara com 384 votos. Neste cargo, ocupou interinamente por duas vezes a Presidência da República.

Conhecido por sua habilidade nos bastidores, foi convidado pelo presidente Fernando Henrique para assumir a articulação política como líder do governo na Câmara. Faleceu no dia 21 de abril de 1998.

O homem forte de FHC

Nascido na cidade de São Paulo em 26 de novembro de 1940, Sérgio Motta foi um dos fundadores do PSDB e coordenador da campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1994, quando ocupava o cargo de secretário-geral do seu partido. Engenheiro industrial e empresário, era casado com Wilma Motta e pai de Fernanda, Juliana e Renata.

Nos anos sessenta, como estudante da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Sérgio Motta participou da Ação Popular, organização de esquerda derivada da Juventude Universitária Católica. Na década seguinte, dirigiu o jornal *Movimento*, um dos principais veículos dos militantes de esquerda e que tinha em seu conselho editorial o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

Sérgio Motta tornou-se o mais influente integrante do governo Fernando Henrique Cardoso, com uma forma própria de fazer política, apelidada de "estilo trator". Exercendo o cargo de ministro das Comunicações, comandou o maior processo de privatização da História do Brasil. Faleceu no dia 19 de abril de 1998, de insuficiência respiratória.

ACM: país sente falta dos dois homens públicos

Os problemas do Brasil pioraram depois da morte de Luís Eduardo Magalhães e Sérgio Motta, disse ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao final da sessão solene. Para Antonio Carlos, o país sente ainda a falta dos dois homens públicos, mas "não deve esmorecer".

Segundo o presidente do Senado, seu filho e Sérgio Motta formavam, juntamente com o presidente Fernando Henrique Cardoso, um círculo de amizade fraterna que se refletia também no campo político.

Rememorando os fatos que antecederam a morte de Luís Eduardo, o presidente do Senado disse que passou no Hospital Santa Lúcia, onde o filho morreu, os piores momentos de sua vida. Ao ver Luís Eduardo no leito do hospital, ele disse ter lembrado que esse mesmo filho o acompanhara durante o período em que ficara internado no Instituto do Coração, em São Paulo.

"Ele ficou ao meu lado 40 dias, sem sair um momento, para salvar a minha vida. E eu fiquei quatro horas com ele, para vê-lo falecer", lastimou o senador. Para ele, aque-



Antonio Carlos: "Sinto hoje o que o Brasil também sente — orgulho de Sérgio Motta e principalmente de Luís Eduardo Magalhães"

le foi um dia marcado por imagens terríveis de dor e sofrimento. O senador lembrou ainda ter visto o atual chefe do Gabinete Civil, Pedro Parente, que na sessão representava o presidente da República, entrar no hospital tomado pela angústia.

Antonio Carlos referiu-se às manifestações de solidariedade que tem recebido desde então. "Lembro da solidariedade que não faltou dos meus colegas do Senado, que me deram força, até hoje me dão, e eu diria até que me deram sobrevida, todos sem exceção", disse.

Tão importante quanto isso, para ele, é também ver a memória de Luís Eduardo reverenciada em todo o Brasil e não só na Bahia, "onde o seu nome circula com grande intensidade, como se vivo estivesse, pelo exemplo que oferece à sua geração".

Na opinião do presidente do Sena-

do, Luís Eduardo tinha tudo que um homem pode ter para o êxito, mas o destino cortou a sua trajetória. Referindo-se à figura do filho e de Sérgio Motta, ACM disse que a falta de ambos ainda hoje é sentida, mas observou que o Brasil não deve esmorecer. Depois de reconhecer que os problemas brasileiros ficaram maiores, afirmou que nossa coragem e determinação "têm que torná-los menores, para que o Brasil alcance o seu grande destino".

Antonio Carlos Magalhães também afirmou apreciar ver um homem orgulhar-se de seu país, mas disse gostar mais ainda de ver um homem viver de tal maneira que o país também se orgulhe dele. "É o que eu sinto hoje e é o que o Brasil também sente — orgulho de Sérgio Motta e principalmente de Luís Eduardo Magalhães."

Lobão diz que deputado foi o "depositário de nossas esperanças"

"Luís Eduardo Magalhães era o depositário de nossas esperanças", disse ontem o senador Edison Lobão (PFL-MA) ao prestar sua homenagem ao político desaparecido. Com o objetivo de atenuar a tristeza que envolvia o Senado na solenidade em memória de Luís Eduardo e do ministro Sérgio Motta, o senador leu em Plenário uma carta que escreveu em 6 de fevereiro de 1995, quando o deputado assumia a presidência da Câmara.

Na carta, Lobão afirmava que Luís Eduardo assumia o terceiro cargo na hierarquia constitucional do país, em um momento "em que se renovam as esperanças do povo brasileiro na construção de novo mundo". Ele recordava grandes parlamentares do passado, como Carlos Lacerda e Ranieri Mazzili, e dizia a Luís Eduardo que "as novas gerações políticas vão preenchendo aos poucos as lacunas deixadas pelos 'monstros sagrados' de anti-



Edison Lobão

gamente".

Em seu discurso, o senador lembrou que a morte de Luís Eduardo emocionou todo o Brasil porque a população já fixara "em personalidade tão jovem a promessa de um estadista". De acordo com Lobão, o deputado seduzia as pessoas "pela força de seu talento, pelo cavalheirismo de sua conduta e pela sua enorme simpatia". Lobão se referiu também ao sofrimento de seu pai, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmando que ele saiu mais fortalecido do que antes:

— Instalou-se no seu espírito a convicção de que, além dos seus próprios objetivos de homem público, está incorporando os do filho. A tragédia ampliou a sua visão política, para vislumbrar os melhores caminhos a serem percorridos pelo Brasil — acrescentou.

Homenagem a Sérgio Motta e Luís Eduardo Magalhães



O Coral do Senado abriu a solenidade que homenageou a memória do ex-deputado Luís Eduardo Magalhães e do ex-ministro Sérgio Motta. Senadores exaltaram esforço comum dos dois homens públicos para moldar um novo futuro para o Brasil

Para Quintanilha, são exemplos que dignificam a vida pública

Para o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), o ministro Sérgio Motta e o deputado Luís Eduardo Magalhães são exemplos que dignificam a vida pública brasileira e merecem agradecimento.



Leomar Quintanilha

Referindo-se a Sérgio Motta, o senador destacou a presteza e cordialidade com que o então ministro das Comunicações o recebia, além de sua constante preocupação em modernizar o país. Apesar de não ter experimentado uma convivência mais estreita com Sérgio Motta, Quintanilha salientou sua capacidade de decisão e patriotismo:

– Vi nele um homem de decisão, um técnico com larga visão crítica, um profissional dedicado, um patriota e extraordinário homem público.

O apoio de Sérgio Motta ao jornal *Movimento*, nos anos 70, considerado um marco de resistência ao regime militar, e que teve Fernando Henrique Cardoso como integrante do conselho editorial, também foi mencionado pelo senador do PPB.

Quintanilha não poupou elogios a Luís Eduardo Magalhães, e classificou o deputado como brilhante. Lembrou que, embora sendo jovem, o deputado não

demonstrava as dificuldades típicas de um principiante:

– Apesar de ter como paradigma uma das figuras mais expressivas deste país, o senador Antonio Carlos Magalhães, o deputado Luís Eduardo Magalhães tinha luz própria – avaliou o senador Leomar Quintanilha.

Dentre as qualidades atribuídas a Luís Eduardo, Quintanilha lembrou sua firmeza e determinação e a capacidade de conduzir as negociações políticas com habilidade e lealdade, cumprindo a palavra empenhada:

– Luís Eduardo granjeou o respeito, a admiração e a confiança até mesmo da oposição. Será sempre lembrado como um homem bom, doce, afável e humano.

O senador recordou a trajetória política de Luís Eduardo, afirmando que sua atuação como presidente da Câmara dos Deputados foi decisiva na implementação das reformas, com a aprovação do novo conceito de empresa nacional e a derrubada do monopólio estatal do petróleo, da navegação de cabotagem, das telecomunicações e do gás canalizado.

Arruda ressalta legado que tornou possível a modernização do Brasil

A redemocratização e a conquista da estabilidade econômica foram seguidas pela modernização das estruturas institucionais, sob a liderança de Sérgio Motta e Luís Eduardo, afirmou o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Na avaliação de Arruda, a sociedade brasileira vê estas transformações como condições necessárias mas não suficientes à construção de um país mais justo e menos desigual:

– A herança cívica deixada por eles exige mais atos que palavras, atos capazes de evitar a dispersão, de construir a união a partir das divergências e de consolidar as mudanças iniciadas – disse.

O líder do governo no Senado fez um amplo painel dos 500 anos de história brasileira para destacar a im-



José Roberto Arruda

portância da transição institucional construída “com a força da palavra empenhada” dos dois líderes políticos. Com as reformas constitucionais, disse Arruda, foi iniciada a reforma do Estado brasileiro, que permitiu a atração de capitais

produtivos e a conexão da economia nacional com a internacional.

Para Arruda, ambos se identificaram com um sentimento político dominante que, em abril de 1998, quando eles morreram, “se consolidava e ganhava a aceitação e o entendimento da opinião pública”:

– Sérgio Motta, com coragem, audácia e generosidade, foi o social-democrata que soube unir-se ao liberal Luís Eduardo Magalhães, homem de Estado e liberal de habilidade e qualidade política – afirmou.

Suplicy acha que, com eles, o governo federal errava menos

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que Luís Eduardo Magalhães e Sérgio Motta, “por suas vozes e ações, faziam o governo errar menos”. Suplicy observou que “isso, pelo menos, é o que pode dizer um senador da oposição”:

– Se estivessem vivos, provavelmente teriam dito ao presidente da República uma palavra de bom senso sobre os eventos ocorridos em Porto Seguro, por ocasião dos festejos pelos 500 anos do Descobrimento do Brasil – disse.

Na opinião de Suplicy, o alerta dos dois teria sido diferente daquele feito pelo



Eduardo Suplicy

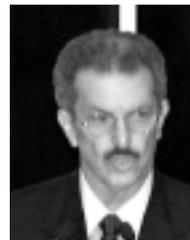
general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. “Eles teriam mostrado que ali havia uma oportunidade para que o presidente pudesse encontrar-se com o outro lado da nação que ainda não participa de toda a riqueza produzida pelos brasileiros.”

Se isso pudesse ter ocorrido, continuou Suplicy, “ainda seria um encontro tenso”, mas tanto Luís Eduardo quanto Sérgio Motta fariam com que, “do difícil diálogo, surgissem medidas que contribuiriam para a redenção dos destituídos de nossa terra”.

Tuma destaca objetivos comuns

Em seu discurso, Romeu Tuma (PFL-SP) destacou que, embora tivessem gostos, interesses e idéias díspares, Luís Eduardo e Sérgio Motta buscavam o mesmo objetivo: o bem do Brasil e do seu povo:

– As diferenças de caminho com o mesmo destino somente serviram para acentuar as qualidades de ambos e engrandecer a liderança que cada um exercia, a seu modo, nos respectivos campos de atuação política, a ponto de despertar respeito e admiração de tantos quantos participam da vida pública nacional – comentou Romeu

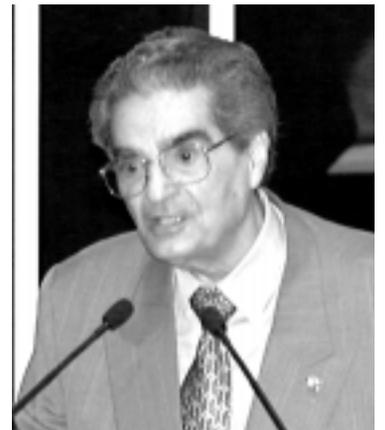


Romeu Tuma

Tuma.

Ele lembrou as palavras do presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo o qual “eles deram suas vidas para que o Brasil retomasse mais depressa o rumo da prosperidade e da decência”.

Tuma prestou solidariedade ao presidente do Senado pela perda do filho e afirmou que a manifestação do Plenário, além de refletir o sentimento de todo o Brasil, demonstra que Antonio Carlos tinha razão quando afirmou que “a morte não vencerá Luís Eduardo porque nós, os seus amigos, vamos cultuá-lo”.



Djalma Bessa

Bessa destaca esforço pela integração com outros povos

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) afirmou que o Brasil mudou muito nos últimos dois anos e está marchando rumo à competitividade econômica, à integração com outros povos e ao desenvolvimento tecnológico. Estas mudanças devem-se, para o senador, em grande parte aos esforços do ex-ministro Sérgio Motta e do ex-deputado Luís Eduardo Magalhães.

Bessa disse que o ex-deputado, graduado em Direito, fez pós-graduação na “universidade das praças públicas”, nos comícios, no trato direto e pessoal com o povo, com o eleitor. “A ação política era a seara de Luís Eduardo, como pudemos todos, correligionários ou não, testemunhar ao longo de sua trajetória de homem público. Não por acaso, foi sempre o candidato mais votado em todas as eleições de que participou”, observou.

O senador pela Bahia lembrou que, durante a gestão de Luís Eduardo na presidência da Câmara dos Deputados, o país viveu momentos de efervescência, discutindo seu futuro. Para Bessa, a serenidade, a sabedoria e o senso de justiça com que administrava os embates travados naquela Casa fizeram dele uma referência nacional.

Bessa mencionou, ainda, a importância de Sérgio Motta, como secretário-geral do PSDB, na viabilização do governo Fernando Henrique Cardoso dentro de uma perspectiva social-democrata e num contexto inteiramente novo, de globalização econômica e de revolução tecnológica.

CE aprova regras para comércio eletrônico

Baseado em modelo proposto por comissão das Nações Unidas, projeto do senador Lúcio Alcântara concede efeitos jurídicos às mensagens eletrônicas. Texto será votado em caráter terminativo pela CCJ

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei que regulamenta o comércio eletrônico. O projeto concede efeitos jurídicos às mensagens eletrônicas e determina também as maneiras pelas quais elas devem ser conservadas quando a lei requerer que determinada informação conste por escrito.

De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a matéria foi relatada na Comissão de Educação pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) e será votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em caráter terminativo.

O projeto estabelece que a oferta e a aceitação de contratos podem ser feitas por mensagens eletrônicas. Determina que a mensagem eletrônica se considera expedida e recebida nos locais onde o remetente

e o destinatário têm seus estabelecimentos. Já a hora da recepção da mensagem eletrônica é determinada pelo momento em que entrar no sistema de informação designado ou pelo momento em que for recuperada pelo destinatário.

Segundo a justificativa do autor, o projeto é baseado na lei modelo da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (Uncitral) sobre Comércio Eletrônico. Elaborada em 1996, essa lei modelo visa “promover a uniformidade no direito aplicável aos métodos de comunicação e armazenamento de informações substitutivos dos que utilizam papel”.

Apesar da afirmação de Alcântara, de que “a proposição não é a palavra final sobre a matéria, em virtude da novidade do tema”,

nenhuma emenda foi apresentada pelos senadores na CE. O relator apresentou cinco emendas, mas todas de redação. Os senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Geraldo Althoff (PFL-SC) manifestaram vontade de que sejam realizadas audiências públicas sobre o tema.

TURISMO

A CE aprovou parecer do senador Bello Parga (PFL-MA) contrário ao projeto de lei da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que prevê a inclusão de noções de turismo como tema transversal – integrado às matérias tradicionais, como Português e Matemática – ao currículo do curso fundamental. Rejeitada em caráter terminativo, a matéria somente será votada em Plenário se houver recurso para isso.



Comissão de Educação acolheu proposta de normas para contratos feitos através de mensagens eletrônicas

Outorgas de rádio e TV têm pareceres favoráveis

Dois pareceres favoráveis a projetos de decretos legislativos que autorizam novas outorgas de concessão de radiodifusão foram aprovados ontem pela Comissão de Educação (CE). Os senadores também aprovaram três renovações, enquanto uma foi sobrestada. Todas as matérias serão ainda votadas pelo Plenário do Senado.

As novas outorgas foram para uma TV em Santos (SP), concedida à Empresa de Comunicação PRM, e para uma emissora em ondas médias em Abaetetuba (PA), destinada à Brasil Amazônia Comunicação e Empreendimentos. O parecer favorável à primeira foi apresentado à CE pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), enquanto o segundo foi redigido pelo sena-

dor Luiz Otávio (sem partido-PA).

Presidida pelo senador Hugo Napoleão (PFL-PI), a comissão aprovou também três pareceres favoráveis a renovação para concessões e permissões de emissoras de rádio. O primeiro foi para a Sociedade de Radifusão Capivari explorar a transmissão em frequência modulada (FM) em Capivari (SP), com parecer favorável na CE redigido pelo senador Mozarildo Calvacanti (PFL-RR).

O segundo foi favorável à continuidade das transmissões em FM da Rádio Morena Stereo em Campinas, com voto favorável do senador Tuma. Por fim, foi aprovado parecer pela renovação da concessão da Fundação Cásper Líbero para transmitir em ondas médias

em São Paulo (SP), cujo relatório também foi elaborado pelo senador Tuma.

A CE aprovou ainda o sobrestamento (adiamento) da votação sobre a renovação para a Rádio Porta Voz de Cianorte (PR) continuar suas transmissões em ondas médias. A matéria, que já fora aprovada pela comissão, voltou para nova deliberação a pedido do relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR). O senador mostrou que a constituição acionária da empresa que explora a rádio é motivo de disputa na Justiça paranaense. Ele solicitou o envio de correspondência ao Poder Judiciário do Paraná e ao Ministério das Comunicações, requerendo atualização das informações sobre o assunto.

CRE acolhe indicação de embaixador para o Marrocos

Em votação secreta, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou na noite de ontem parecer do relator, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), favorável à indicação do ministro de primeira classe Lauro Barbosa da Silva Moreira para o cargo de embaixador do Brasil no Marrocos.

Mauro Miranda destacou a atuação do indicado nas áreas econômica e cultural, e Lauro Moreira descreveu para os senadores parte da história do Marrocos, situado na parte Noroeste da África, com 460.000 quilômetros quadrados e pouco menos de 30 milhões de habitantes. Ele ressaltou a proximidade do país com a Europa, sobretudo com a costa espanhola (14 quilômetros) e Lisboa, que fica a 40 minutos de voo a partir de Casablanca.

Sobre suas funções como embaixador, Lauro Moreira adian-

tou que, se aprovado pelo Senado, destinará parte dos seus esforços ao estreitamento dos laços que ligam aquele país ao Brasil, sobretudo nas relações comerciais, culturais e na política de cooperação técnica. Ele registrou que o Marrocos foi o primeiro país africano com quem o Brasil estabeleceu relações diplomáticas, em 1906.

Antes de se deter na sua exposição sobre o Reino do Marrocos, Lauro Moreira fez uma menção especial ao seu pai, o ex-deputado federal Nicanor Silva. Ele afirmou que, quando adolescente, costumava freqüentar o Congresso no Rio de Janeiro, sobretudo as sessões da Câmara. Além de acompanhar o pai, ele disse que se recordava de um jovem deputado maranhense, o hoje senador José Sarney (PMDB-MA), presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Iniciativa do governo pode solucionar a questão dos bingos, prevê Maguito

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO), relator da MP que institui a taxa de funcionamento dos bingos e altera a Lei Pelé, informou ontem que o governo deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até amanhã, medida provisória ou projeto de lei regulamentando o funcionamento e a fiscalização dessas casas de jogos no país. Ele acrescentou que o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, submeteu ao presidente da República a decisão sobre a melhor forma de resolver o problema dos bingos.

Durante debates da comissão mista que analisa a MP dos Bingos, Maguito recebeu apelos de parlamentares para que não sugerisse a revogação total dos dispositivos que tratam dos bingos, conforme acabou sendo apresentado em seu projeto de conversão. Os deputados alegaram que, além de desempregar milhares de pessoas em todo o país, a extinção dos bingos inviabilizaria a ida aos Jogos Olímpicos deste ano de dezenas de atletas brasileiros, patrocinados por essas instituições.

– Posso estender o prazo para se

criar uma nova legislação para os bingos até 180 dias ou mesmo um ano, se o governo mostrar boa vontade em mandar essa medida provisória – adiantou o senador.

Maguito Vilela disse que os empresários que atuam no setor têm manifestado interesse na regulamentação de uma lei que moralize o jogo. “Eles querem um jogo moralizado, fiscalizado e que traga benefícios para o esporte amador”, ressaltou.

A comissão retoma os debates em torno do projeto de conversão



Comissão que analisa a MP sobre a taxa dos bingos e a alteração da Lei Pelé pode votar o relatório final amanhã

amanhã, a partir da 10h, na tentativa de votar o relatório final no mesmo dia, antes da reedição da MP pelo Executivo. Segundo o relator, quase todos os demais pontos po-

lêmicos da matéria já têm consenso, e a votação fica apenas dependendo de uma iniciativa do governo para solucionar o problema dos bingos.

Conselho arquiva denúncias contra três senadores

Teotônio e Lessa são inocentados de envolvimento em irregularidades que fundação teria praticado. Membros do Conselho de Ética também rejeitam acusações contra ACM, por fax enviado a jornalista e por suposto favorecimento a empreiteira

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado decidiu arquivar denúncias por infração ao Código de Ética contra o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, e os senadores Teotônio Vilela Filho e Geraldo Lessa (ambos do PSDB-AL). Uma das denúncias contra Antonio Carlos é referente ao uso de papel timbrado do Senado para dirigir palavras supostamente ofensivas a um jornalista. A outra está relacionada à acusação que lhe fora feita por Nicéa Camargo, ex-mulher do prefeito de São Paulo, Celso Pitta. Teotônio Vilela e Geraldo Lessa foram acusados de envolvimento em contratos suspeitos realizados entre a Fundação Teotônio Vilela e o governo do Distrito Federal.

O exame dos dossiês contendo acusações mútuas de irregularidades, entregues à Mesa por Antonio Carlos e pelo presidente do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), ficou para amanhã, em reunião a ser realizada a partir das 9h. A decisão foi tomada pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), usando das suas prerrogativas como presidente do conselho.

O senador Jefferson Péres (PDT-

AM) voltou a propor que o conselho decidisse preliminarmente advertir Antonio Carlos e Jader Barbalho, em razão dos insultos que um dirigiu ao outro na sessão plenária do último dia 5. Tebet não acatou a proposição por entender que sequer havia relator designado para a matéria. Além disso, no momento da reapresentação da proposta, o *quorum* era insuficiente para votação.

A denúncia relativa ao fax enviado por Antonio Carlos ao jornalista Tales Faria, da revista *IstoÉ*, foi arquivada por dez votos a favor, dois contra e uma abstenção. A maioria dos membros do conselho concordou com o voto do relator, Osmar Dias (PSDB-PR), para quem o presidente do Senado não abusou de suas prerrogativas constitucionais, uma vez que se defendeu de acusação relativa à sua atuação política e não coagiu física ou psicologicamente o jornalista.

A outra denúncia contra Antonio Carlos – sobre suposta tentativa de beneficiar a construtora OAS por intermédio do ex-senador Gilberto Miranda – foi arquivada por dez votos favoráveis, um contrário e duas abstenções, também atendendo a re-

comendação de Osmar Dias, relator da matéria. Ele entendeu que o pedido de investigação, apresentado pelo deputado estadual Paulo Ramos (PDT-RJ), era “inconsistente”, tendo em vista que as acusações feitas a Antonio Carlos por Nicéa Camargo foram desmentidas por ela e Celso Pitta.

Onze senadores votaram a favor do arquivamento da denúncia contra Teotônio e Lessa, membros do conselho consultivo da Fundação Teotônio Vilela, que teria realizado cursos de formação profissional para alunos-fantasmas. Só três senadores votaram contra o relatório do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que não viu indícios de participação dos senadores nas supostas irregularidades, uma vez que atuam apenas como consultores, sem ingerência na área administrativa da fundação. Foi



Onze senadores votaram pelo arquivamento da denúncia contra Teotônio Vilela e Geraldo Lessa

registrada uma abstenção.

O arquivamento das denúncias levou o senador Amir Lando (PMDB-RO) a reclamar da atuação do conselho, que estaria abrindo mão da tarefa de investigar suspeitas de falta de decoro parlamentar. Ele chegou a dizer que está pensando em

deixar o conselho. Tebet informou que falta apenas o testemunho de um agente da Polícia Federal para encerrar a investigação da denúncia contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), acusado de usar o cargo para dificultar as investigações da CPI do Poder Judiciário.

CCJ analisa emendas a propostas de Fundo de Erradicação da Pobreza

As emendas de Plenário à proposta de criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza serão analisadas em reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) prevista para as 10h de hoje. O relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), deu parecer favorável a duas emendas. A primeira evita que a Desvinculação de Receitas da União incida sobre os recursos do fundo. A segunda define critérios para a composição do conselho gestor dos recursos.

Foram apresentadas quatro emendas de Plenário ao substitutivo de Alcântara às duas propostas de emenda constitucional (PEC) que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de autoria do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza.

BANCOS DE DADOS

A comissão examinará ainda projeto do próprio Alcântara que disciplina o uso de informações relati-



A comissão também deve deliberar sobre projeto que regula acesso a dados pessoais

vas a pessoas físicas e jurídicas mantidas em bancos de dados, informatizados ou não. A proposta tem parecer favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) e prevê que dados de identificação pessoal pertencem ao titular que os informou. O acesso aos dados pode ser feito mediante solicitação escrita ao proprietário, gestor ou usuário do banco de dados. O responsável pelo banco de dados tem dez dias para atender o pedido e, em caso de recusa, o titular poderá impetrar um *habeas data* para assegurar o conhecimento das informações.

Outra matéria a ser examinada é

a PEC que concede nacionalidade brasileira aos filhos de pai e mãe brasileiros nascidos no exterior. Serão apreciados ainda três convocações de plebiscitos criando novos estados: Araguaia, Tapajós e Solimões. Os três projetos são de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e têm pareceres favoráveis de seus relatores. O estado do Araguaia, se criado, reduzirá a área de Mato Grosso. Tapajós será formado, se aprovado em plebiscito, por municípios do Pará, enquanto Solimões será criado a partir de municípios que hoje fazem parte da região noroeste do Amazonas.

CAS discute o fornecimento de remédios para diabetes pelo SUS

De acordo com pesquisas realizadas por instituições da área de saúde, a maior parte dos custos diretos do tratamento do diabetes relaciona-se com complicações que, na maioria das vezes, poderiam ser evitadas se o paciente tivesse acesso aos medicamentos e materiais necessários à sua aplicação. A partir das 9h de hoje, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai apreciar, em caráter terminativo, projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que, segundo seu autor, pode mudar esse quadro. Ele propõe que medicamentos e acompanhamentos da taxa de glicemia sejam assegurados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O relator do projeto, Tião Viana (PT-AC), já antecipou que apresentará parecer favorável. Dutra afirma na justificativa da proposta que estudos realizados na Finlândia demonstram que, naquele país, o custo de um dia de hospitalização do diabético equivale aos custos de dois anos de monitoramento adequada da doença. Nos EUA, acrescenta, a experiência demonstra que cada dólar gasto com educação do diabético representa uma economia de seis dólares no tratamento do diabetes. Segundo Dutra, estima-se que existam 5 milhões de dia-



Autor do projeto, Dutra diz que tratamento adequado pode reduzir os custos com a doença

béticos no Brasil e que o SUS deve gastar cerca de R\$ 60 milhões com a assistência aos pacientes, a maior parte com internações.

A pauta da CAS inclui outras 11 matérias. Entre elas, projeto do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que dispõe sobre a destinação adequada das embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como de produtos apreendidos pela ação fiscalizatória, impróprios para utilização e em desuso. Outro item da pauta é o projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) sobre a obrigatoriedade da cirurgia de gastrectomia (extração parcial ou total do estômago) parcial nos casos de obesidade mórbida.

Alcântara pede votação de fundos para tecnologia

Investimentos anuais de R\$ 1 bilhão abrem novas perspectivas nas áreas hídrica, aeroespacial e de telecomunicações, observa o senador

Os projetos de lei dos novos fundos destinados a financiar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, enviados recentemente ao Congresso pelo Executivo, "precisam ser votados com rapidez, pois abrem novos horizontes para o setor", afirmou em discurso o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Os fundos, nas áreas hídrica, aeroespacial e de telecomunicações, devem gerar por ano R\$ 1 bilhão em investimentos, uma quantia 20 vezes superior aos gastos feitos atualmente, que não passam de R\$ 50 milhões, acrescentou o senador.

Os recursos viriam basicamente de empresas privatizadas ou que assumiram concessões do governo e vão substituir os investimentos até então feitos por estatais. Ele informou que ainda chegarão ao Congresso dois novos projetos, um deles no setor aeronáutico.



Lúcio Alcântara esclarece que recursos serão usados por universidades, institutos de pesquisas e empresas

Lúcio Alcântara explicou que a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) será a gestora dos recursos dos novos fundos e o dinheiro poderá ser usado tanto por universidades quanto por empresas privadas e institutos de pesquisas. "Temos de acabar com os preconceitos que existem entre a universidade e o empresário, pois só assim poderemos dar o salto científico e tecnológico de que tanto precisamos", opinou o senador. Ele ressaltou que os atuais fundos de apoio à ciência e

tecnologia continuarão existindo. **POBREZA**

O senador espera que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprecie na reunião de hoje as emendas apresentadas no Plenário a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Alcântara é o relator da proposta, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães, que tramita em conjunto com iniciativa semelhante de uma comissão mista.

José Jorge propõe extratos parciais de contas telefônicas

O senador José Jorge (PFL-PE) apresentou projeto de lei que torna obrigatória a emissão de extratos parciais das contas telefônicas pelas operadoras. A proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para apreciação em caráter terminativo. Ou seja, segue direto para a Câmara dos Deputados, sem necessidade de votação em Plenário, se não houver recurso nesse sentido.

O projeto de José Jorge modifica a lei que regulamenta os serviços de telecomunicações no Brasil e que criou a Anatel, o órgão regulador dos serviços telefônicos. Segundo o senador, é muito comum que os usuários de serviços de telecomunicações se surpreendam com o valor cobrado mensalmente pelas empresas



José Jorge pretende tornar mais fácil para o usuário dos serviços o acompanhamento das despesas

telefônicas.

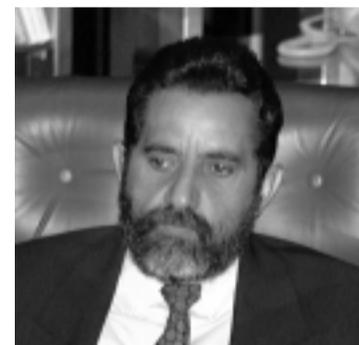
— Isso seria evitado mediante a emissão de extratos parciais pelas concessionárias e permissionárias dos serviços, facilitando o controle e acompanhamento do que é cobrado pelas operadoras — explicou José Jorge.

Gilvam Borges sugere limites para administradoras de cartão

Está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, projeto de lei do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) que trata dos limites máximos de juros a serem cobrados pelas instituições administradoras de cartão de crédito. O objetivo do projeto, segundo o senador, é evitar as taxas abusivas cobradas dos usuários de cartões de crédito pelas instituições responsáveis por sua administração, bancárias ou não. O limite estabelecido no projeto para a cobrança de juros anuais é de 12%, conforme estabelece a Constituição e o Decreto-Lei nº 22.626/33, que trata do assunto.

— Como se sabe, o ponto nodal da polêmica jurídica acerca da matéria é que às instituições financeiras não se aplica o disposto nestes dois diplomas legais por força tanto de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em ação direta de inconstitucionalidade, segundo a qual o dispositivo constitucional pertinente carece de regulamentação, quanto à súmula do STF ressaltando da restrição legal de fonte infraconstitucional as instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional — explicou o senador, observando que é necessário o Poder Judiciário decidir se a administração de cartões de crédito constitui ou não atividade típica de instituição integrante do sistema financeiro.

Caso seja aprovado o projeto, ressaltou, as operações relativas



Gilvam Borges deseja evitar a cobrança de taxas abusivas aos clientes de cartões de crédito

aos cartões de crédito não poderão ser consideradas privativas das instituições financeiras, disciplinadas no âmbito do sistema financeiro. Essas instituições deverão submeter-se à cobrança de juros reais compensatórios ao limite máximo. E a não submissão ao limite será caracterizada como delito de usura, sujeitando o infrator à pena prevista em lei, acrescentou.

Para o senador, as instituições financeiras contam com a proteção legal, com o acesso a informações privilegiadas e com recursos públicos, além de imporem juros e altas taxas operacionais confiscatórias aos usuários de seus serviços.

A finalidade do projeto, explicou, é a diminuição da diferença entre a remuneração oferecida pelos bancos para captar poupança popular no mercado, através de suas diversas aplicações, e os juros "escorchantes" exigidos no empréstimo direto ao consumidor.

Mauro Miranda cobra regras claras para financiamento e comercialização da safra

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu uma política agrícola permanente que inclua financiamento e comercialização da safra. Para o senador, a agricultura tem sido o grande lastro da estabilidade monetária, mas "o produtor rural vem perdendo cada vez mais renda, a área plantada diminui a cada ano e o êxodo rural cresce cada vez mais".

O esforço do agricultor brasileiro, disse o senador, somou-se à política de abertura comercial, o que tem permitido a manutenção dos baixos preços de alimentos. Mas Mauro Miranda lembra que a contenção dos preços agrícolas tem efeitos cruéis sobre os produtores rurais: eles são obrigados a competir com produtos estrangeiros altamente subsidiados em seus países de origem, financiados a médio e longo prazos. Além disso, os agricultores brasileiros são submetidos aos ju-



Mauro defende uma política agrícola permanente para enfrentar competição externa

ros mais altos do mundo.

O senador goiano reconheceu, no entanto, que o governo tem procurado aliviar o problema e citou recentes resoluções do Banco Central referentes ao financiamento agrícola que atestam isso: a Resolução 2.705, que garante aos produtores a antecipação da venda da safra, ao ampliar os prazos referentes à renegociação de dívidas rurais no âmbito do Plano Especial de Saneamento de Ati-

vos (Pesa); a Resolução 2.700, que ampliou os prazos de pagamento dos empréstimos tomados pelos produtores de arroz para a safra 1999/2000; a Resolução 2.702, que regulamentou a liberação de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para os microprodutores da região Nordeste na safra deste ano.

Finalmente, a Resolução 2.701, que beneficiou os cafeicultores, com o financiamento da safra no mercado futuro e de opções de bolsa de valores, permitindo que os recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) cobrissem a diferença entre o valor do produto no momento da contratação do empréstimo e no momento de sua liquidação. Mas o senador acha pouco: ele quer uma política agrícola permanente, com regras claras de financiamento e comercialização.

Álvaro debate direito a voto para estrangeiros residentes

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) fala à TV Senado sobre projeto de sua autoria — já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — que dá aos estrangeiros residentes no país o direito ao voto, em entrevista que vai ao ar às 7h30 de hoje.

Álvaro Dias diz que a proposta contribui para alargar o conceito de nação e o efeito integrador do voto e estender a uma parcela da população um direito fundamental. “É uma forma de reconhecer o trabalho daqueles que ajudaram a construir o Brasil”, afirma.

Piva e Marta Suplicy discutem rolagem da dívida paulistana

A rolagem da dívida do município de São Paulo é o tema do debate entre o senador Pedro Piva (PSDB-SP) e a ex-deputada Marta Suplicy que a TV Senado apresenta hoje, às 6h30. A prefe-

tura de São Paulo quer renegociar em 30 anos uma dívida de R\$ 10,5 bilhões, incluindo a parte contratual e a mobiliária. Só a dívida com o Banco do Brasil chega a R\$ 6,64 bilhões.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

0h55 — *Senado em Pauta*
1h — *Debate*: Sen. Pedro Piva e a ex-deputada Marta Suplicy falam da renegociação da dívida de São Paulo
1h55 — *Senado em Pauta*
2h — *Unip*: Futuro da Medicina
2h25 — *Senado em Pauta*
2h30 — *Jornal do Senado*
2h55 — *Senado em Pauta*
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Campina Grande
3h30 — *Entrevista*: Sen. Álvaro Dias fala sobre a reforma política
3h55 — *Senado em Pauta*
4h — *Jornal do Senado*
4h25 — *Senado em Pauta*
4h30 — *Unip*: Futuro da Medicina
4h55 — *Senado em Pauta*
5h — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil-Colônia na TV — Cana de mel, preço de fel
5h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas
5h55 — *Senado em Pauta*
6h — *Unip*: Futuro da Medicina
6h30 — *Debate*: Sen. Pedro Piva e a ex-deputada Marta Suplicy falam da renegociação da dívida de São Paulo
7h25 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: Sen. Álvaro Dias fala sobre a reforma política
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil-Colônia na TV — Cana de mel, preço de fel

8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Comissão de Assuntos Sociais (vivo)
11h — Sessão Especial do Senado em comemoração ao aniversário de Brasília (vivo)
14h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (vivo)
Logo após: Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (vivo)
Logo após: Comissão Mista dos Bingsos (gravado)
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — Comissão de Assuntos Sociais
11h — Sessão Especial do Senado Federal
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

Mozarildo quer criação de três novos estados

Proposta, que a CCJ pode examinar hoje, prevê realização de plebiscito sobre o desmembramento do Pará, do Amazonas e de Mato Grosso

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu ontem a redivisão territorial do país e a criação de três novos estados. Do Amazonas, sairia o novo estado do Solimões. O Pará seria desmembrado para formar o estado do Tapajós, e de parte de Mato Grosso seria constituído o estado do Araguaia.

Mozarildo anunciou ontem a apresentação de projetos de decreto legislativo propondo a realização de plebiscito nesses três estados para que a população possa opinar sobre a proposta. Os projetos entram em votação hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). “O ideal será acoplar a consulta popular às eleições municipais do próximo mês de outubro”, disse, lembrando que

o plebiscito será amplo, ou seja, toda a população de cada estado será consultada e não apenas a dos municípios a serem desmembrados.

Para Mozarildo Cavalcanti, a redivisão territorial é a melhor maneira de enfrentar as desigualdades regionais que comprometem



Mozarildo propõe que a consulta popular coincida com as eleições municipais

o bem-estar da população das regiões Norte e Centro-Oeste. Alguns estados que as integram são muito extensos, tornando quase impossível a ação dos respectivos governadores, observou.

Ele lembrou alertas feitos pela CPI do Narcotráfico quanto aos pe-

rigos que ameaçam os estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, por serem limítrofes da Bolívia, do Peru e da Colômbia, países onde há grande produção de drogas ilícitas. “Com unidades territoriais menores, serão bem mais fáceis a vigilância e a fiscalização”, garantiu.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse que o Tocantins, seu estado, desmembrado de Goiás por decisão da Constituinte de 1988, representa um exemplo do acerto dessa política de cisão e dos benefícios que ela trouxe à população.

Ronaldo Cunha Lima defende programa para atender famílias atingidas pela seca

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) apresentou projeto que cria o Programa Especial de Garantia de Renda Mínima, para as famílias atingidas pela seca no Nordeste, substituindo o Programa Emergencial de Frentes Produtivas, instituído em 1998 e financiado



Segundo Ronaldo, a região Nordeste concentra 53% da pobreza absoluta no país

com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O programa proposto por Ronaldo tem caráter permanente e oferece maior segurança no uso dos recursos, que é vinculado ao cadastramento das

famílias a serem beneficiadas.

O projeto cria uma comissão gestora para fiscalizar a aplicação dos recursos e seus resultados. Quanto ao cadastramento, serão exigidas de cada família participante a frequência escolar e a prova de vacinação em dia da população de até 14

anos e a participação nos programas de treinamento profissional promovidos pela comissão gestora.

O senador citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) segundo os quais o Nor-

deste concentra 53% da pobreza absoluta do Brasil. “São 24 milhões de pessoas vivendo com uma renda familiar inferior à metade de um salário mínimo. No final do ano passado, os flagelados estavam ganhando R\$ 2 por dia, não mais do que R\$ 60 por mês”, disse.

O senador afirmou ainda que a expectativa de vida no Nordeste é de 58,8 anos, contra 64,9 para o restante do país, e que 43% das crianças de zero a cinco anos sofrem de desnutrição.

— O Nordeste não aceita mais que recursos públicos inscritos a cada ano no Orçamento da União continuem sendo desviados para finalidades desonestas — afirmou Ronaldo Cunha Lima.

Dispensa de exames de saúde para carteira de motorista vai à Câmara

O Senado enviou para análise dos deputados projeto de lei do senador Arlindo Porto (PTB-MG), relatado favoravelmente pela senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), que visa estender a determinadas categorias profissionais a dispensa de prestação de exames de saúde para a obtenção de carteira de habilitação para a condução de veículos. A escolha das categori-

as beneficiadas pela regra será do Conselho Nacional de Trânsito.

A matéria foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, como não houve recurso para ser votada em Plenário, seguiu direto para a Câmara.

O objetivo da proposta, explicou Arlindo Porto, é “desburocratizar os procedimentos para aque-

les cidadãos que já realizam exames regulares exigidos no exercício de suas atividades profissionais, como é o caso dos mergulhadores profissionais e dos militares”. Essa exceção já é prevista para os aeronautas, informou ele.



O projeto de Arlindo Porto será apreciado agora pelos deputados



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Carlos Patrocínio lamenta omissões no Dicionário de Especialidades Farmacêuticas

Patrocínio alerta para falhas na informação sobre medicamentos

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) comentou denúncias publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* de falhas e omissões de informações no *Dicionário de Especialidades Farmacêuticas* (DEF) sobre possíveis efeitos colaterais. Considerado a "bíblia" dos medicamentos no Brasil, o DEF contém informações sobre todos os medicamentos existentes no mercado, norteados a prescrição dos remédios. Segundo o senador, haveria a omissão dos efeitos colaterais de 25 dos 44 remédios mais vendidos no país.

O *Dicionário* é financiado pela Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica e distribuído gratuitamente a médicos e farmacêuticos. De acordo com a reportagem, as informações contidas no DEF são publicadas mediante pagamento do fabricante do medicamento.

— A omissão dos efeitos colaterais graves pelo DEF merece crítica veemente, pois pode facilitar a venda de determinados produtos atendendo interesses de seus fabricantes e não dos consumidores — alertou.

Patrocínio lembrou que, no Brasil, não há como calcular os custos decorrentes de reações aos medicamentos, pois não existe um sistema de informações das causas de internação. A Vigilância Sanitária informou, segundo ele, que está em elaboração um formulário terapêutico, em que deverá ser encontrada a descrição dos medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename).

— Quero fazer um apelo ao ministro José Serra para que apresse a publicação do formulário terapêutico, concedendo aos profissionais de saúde uma obra com informações isentas e seguras — concluiu.

Marina aponta "intolerância" de autoridades em Porto Seguro

Senadora faz um relato do que presenciou durante as comemorações dos 500 anos e classifica de "afrenta" a versão oficial sobre o assunto

Em relato do que presenciou em Porto Seguro, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse ontem ter-se deparado com intolerância por parte das autoridades federais e estaduais e com evidente violação dos direitos fundamentais da cidadania, numa ratificação "dos 500 anos de domínio da casa-grande sobre a senzala no país". Ela considerou a versão oficial dos fatos lá ocorridos como "uma afronta".

— Todo país civilizado já integrou ao seu dia-a-dia político a realização de fóruns paralelos como a assembléia indígena de que participei. Nem Fernando Collor, com a Eco-92, que reuniu centenas de chefes de Estado, impediu isso — frisou.

Na opinião de Marina, a situação na Bahia foi ainda pior do que há 500 anos, porque "então não havia sociólogo sofisticado, antropóloga famosa, toda uma reflexão sobre a opressão da casa-grande e uma igreja pedindo perdão pelos erros cometidos". Confessando-se "magoada, triste, envergonhada, massacrada", e lastimando ter, como os índios, acreditado que poderia integrar a marcha organizada pela assembléia indígena até a praça das Pitanguei-



Marina declarou-se "magoada, triste, envergonhada, massacrada" com o que ocorreu na Bahia

ras, em Porto Seguro, ela afirmou que "o Pelourinho está acontecendo novamente na Bahia".

Em Porto Seguro desde o dia 20, Marina relatou que a maioria dos índios decidiu pela marcha e que, em nome deles, junto com outros parlamentares, fez vários contatos com Marcelo Cordeiro, que negociava pelo governo, com o governador César Borges e o comandante da PM. Tentou, segundo ela, fazer com que eles "compreendessem que os 500 anos eram uma festa de muitos sentidos".

— Se uns preferiram festejar to-

mando cachaça em taça de cristal, outros — jovens, índios, intelectuais e negros — pretendiam registrar que não estavam dizendo amém às terras que não foram demarcadas, à discriminação e às injustiças sociais — disse a senadora.

A postura de todos, assegurou, era pacífica, apesar dos "provocadores oficiais". Quanto aos sem-terra, Marina enfatizou que eles não puderam sequer sair de Eunápolis, a quilômetros da festa. Moradores e turistas também foram impedidos de chegar à cidade pelas barreiras policiais. Mas os índios e ela estavam certos de que poderiam passar pelas barreiras, até que foram atacados, completou. Marina também lamentou declarações do ministro da Cultura, Francisco Weffort.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou a importância do relato de Marina, elogiou a atitude do presidente da Funai, Carlos Frederico Marés, que se demitiu, e manifestou-se inconformado com as declarações de Weffort. Sebastião Rocha (PDT-AP) destacou que foram das autoridades portuguesas as palavras mais sábias, ditas duramente, mas com diplomacia.



Moreira Mendes afirma que operações tapa-buracos são insuficientes na BR-364

Interdição de BR causará colapso em Rondônia, adverte Moreira

A iminência de fechamento da BR-364, a principal estrada do estado de Rondônia, levou o senador Moreira Mendes (PFL-RO) a fazer um apelo ao governo federal para que tome providências urgentes, a fim de evitar que a economia do estado entre em colapso.

O senador explicou que a estrada sofre os rigores do chamado "inverno amazônico", período de ocorrência de chuvas, que vai de dezembro a maio. Moreira Mendes informou que já solicitou, em ofício ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, a imediata recuperação de aproximadamente 220 quilômetros da estrada, entre Porto Velho e Abunã. Apesar de alguns reparos terem sido realizados, frisou o senador, cabe agora ao governo agilizar um tratamento de emergência, já que "as operações tapa-buracos são insuficientes diante da magnitude do problema".

Moreira Mendes disse que a situação se agrava porque a população rondoniense, cansada de esperar, tem protestado fazendo o bloqueio da estrada e provocando filas enormes de veículos.

— Assim, com a interdição da BR-364, o povo de Rondônia é prejudicado duplamente: primeiro, por não poder exportar a produção agrícola, fica mais pobre; depois, corre o risco de não ter o que colocar à mesa. Para contornar a pouca disponibilidade de infra-estrutura no setor de beneficiamento, o estado é obrigado a importar a maioria dos produtos que consome — afirmou.

Passado do Espírito Santo gera esperança de futuro promissor, diz Luzia Toledo

No espírito das homenagens aos 500 anos do Descobrimento do Brasil, a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) fez uma reflexão sobre a história de seu estado, resgatando a participação de personagens que, desde a criação do Espírito Santo, em 1534, "gastaram suas energias e entregaram suas vidas em benefício de seus descendentes".

A senadora citou figuras de destaque na história do país, como o padre José de Anchieta, que escolheu a então capitania do Espírito Santo para sua última morada, e o índio Araribóia, enviado pela capitania para auxiliar o Rio de Janeiro na luta contra invasores franceses.

A senadora registrou que a capitania passou a existir oficialmente em 1534, quando o rei de Portugal, d. João III, assinou a carta de doação ao fidalgo português Vasco Fer-

nandes Coutinho.

Luzia Toledo disse que não há registro de um só ato injusto ou de opressão por parte do donatário da capitania. Esse fato foi destacado pela senadora porque, segundo informou, os donatários tinham poderes semelhantes aos de um rei, o que poderia favorecer a adoção de práticas arrogantes. Para ela, esse espírito de coragem e humildade de Vasco Coutinho continua a operar até hoje na formação da identidade histórico-cultural do povo capixaba. Povo este, frisou, formado por índios, portugueses, africanos, alemães, pomeranos, italianos, belgas, suíços, luxemburgueses, tirolezes, austríacos, holandeses, poloneses, libaneses e espanhóis que contribuíram para o desenvolvimento do estado.

Ao concluir, Luzia observou que uma reflexão sobre o passado do Es-



Luzia recorda personagens que "gastaram suas energias em benefício de seus descendentes"

pirito Santo reafirma a esperança num futuro promissor, "fruto do trabalho e da fé de um povo que não recua ante as adversidades, pelo contrário, utiliza o lema da bandeira do estado e, ordeiramente, *Trabalha e Confia*".